

Brasil, a crise sem rumo

Altair Thury

A postura do governo brasileiro diante da questão da dívida externa é de completa indefinição. Dependendo do porta-voz e do interlocutor do momento, o Brasil parece inclinar-se ora para a moratória técnica, ora para a alternativa da capitalização forçada, ou pelo repúdio parcial. Este diagnóstico é do economista Antonio Barros de Castro, professor do departamento de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Castro afirma que a incapacidade do país de saldar o serviço da dívida colocou o Brasil diante de uma encruzilhada. E nela o governo terá de escolher entre quatro caminhos, que podem ser classificados em graus crescentes de insubordinação e conflito. O primeiro destes caminhos, na opinião do economista, é o mais bem-comportado e indica a alternativa do ajustamento. Sua característica principal é o desaquiecimento da economia com o objetivo de recuperar a capacidade do país de pagar o serviço da dívida. Mas Barros de Castro é categórico em relação a essa via: "É uma solução passiva, penosa e desgastada aqui e no exterior".

O segundo caminho que se apresenta ao país, a partir dessa encruzilhada, é o da moratória técnica. Esta opção consiste essencialmente na suspensão dos pagamentos, impostos pelas circunstâncias, com prazos predeterminados e, embora revele certo grau de autonomia, busca minimizar o conflito externo. A terceira alternativa é a capitalização forçada dos juros. Para Barros de Castro, esta opção parte da suposição de que o país ainda se encontra num estágio de desenvolvimento que não lhe permite enfrentar o serviço da dívida.

Esse caminho da capitalização forçada, de acordo com Castro, implica a retomada do processo de endividamento até o ponto em que o país se encontre habilitado a pagar o serviço de uma dívida significativamente maior. A quarta opção para o Brasil é o repúdio parcial ou integral da dívida. Castro entende que essa alternativa representa a abertura de um conflito inequívoco.

Ao invés de explicitar sua opção preferencial por uma dessas alternativas, o Brasil adota uma postura de completa indecisão. Enquanto isso, na prática, sustenta Barros de Castro, a sua política econômica vai provocando o desaquiecimento, "o que na realidade implica uma escolha, não assumida, pelo ajustamento".

Ganhos e perdas

O economista da UFRJ julga que enquanto permanecer esta indefinição é ingênuo cobrar do governo um plano consistente para a economia. Para Castro, a definição de um plano interno depende da escolha de rumos. Mesmo porque, acrescenta, os ganhos com a

moratória até o final deste ano (de 4,3 bilhões de dólares) se anularão ainda que não hajam retaliações comerciais contra o Brasil. Essa anulação virá por conta das perdas de 1 a 2 bilhões de dólares previstas nos empréstimos interbancários, outro 1 bilhão de créditos comerciais e cerca de 1 bilhão em créditos oficiais.

Barros de Castro prevê que a definição por uma postura será consequência da contabilidade entre os ganhos que a moratória produziu e as perdas causadas pelas diminuições dos créditos comerciais, interbancários e oficiais. O governo chegará à conclusão de que faltará recursos para fechar o balanço de pagamentos deste ano se o saldo comercial for de apenas 8 bilhões de dólares como prevêem as autoridades.

O economista, contudo, crê que a melhor escolha para o Brasil, desde que o problema se colocou, é o da moratória técnica. "Uma vez cortados os distúrbios atuais da economia, a balança comercial poderá voltar a assegurar o pagamento dos juros", afirma Antonio Barros de Castro. Ele garante que o principal argumento a favor da capitalização forçada dos juros acaba de ser desbancado com a divulgação pelo IBGE dos dados sobre a taxa de investimento no ano passado, que chegou a 19,6%, contra os 16,5% em 1984. O economista acha que essa taxa comprova que a retomada do investimento está em pleno curso, não obstante o pagamento da quase totalidade dos juros da dívida no período 84/86.

A idéia de que o país é pobre para continuar transferindo recursos é falsa na opinião de Barros de Castro. Para ele, 10% da população recebem 50% da renda nacional, o que significa que 13 milhões de pessoas detêm 130 bilhões de dólares. Com isso, a renda per capita desta parcela da população é de 10 mil dólares. "Diante disso, a afirmação de que o país precisa reduzir em 2% do PIB suas transferências porque não tem capital para tanto é quase um escárnio. Este país tem muita folga, muita gordura e o que não pode ocorrer é a contenção do crescimento", sustenta o economista.

Na análise de Antonio Barros de Castro, a posição do PMDB diante do quadro da economia brasileira é extremamente difícil. O economista entende que as idéias e bandeiras do partido foram concebidas durante um período de profunda crise, no início dos anos 80. O período de florescimento que se seguiu, iniciado em 1984, não foi reconhecido pelo PMDB. O partido somente se reconciliou com esse "novo Brasil econômico" durante o Plano Cruzado. Morto o plano, desfez-se a percepção deste novo Brasil e o PMDB volta aos seus "velhos pesadelos", imaginando um país com uma vasta crise onde tudo está por ser refeito.